

Revolução Russa, Democracia e Hegemonia nos Escritos Políticos de Antonio Gramsci¹

Russian Revolution, Democracy and Hegemony in Antonio Gramsci's Political Writings

Tatiani Maria Garcia de Almeida*

André Luiz de Oliveira**

Resumo: Este artigo tem como finalidade revisitar as concepções de Antonio Gramsci sobre a Revolução Russa e compreender como esta experiência afetará o seu pensamento durante os primeiros anos da Revolução. Ainda, no bojo desse debate, buscar-se-á entender a questão da democracia e sua relação com a hegemonia e a política no pensamento de Gramsci, principalmente, por meio da análise dos textos jornalísticos escritos por ele até a década de 1920. O contato com as notícias da Revolução Russa, o debate nas fileiras do PCI, a leitura dos textos de Marx e a participação ativa no movimento operário italiano durante o Biênio Vermelho contribuíram para o desenvolvimento de conceitos fulcrais da teoria de Gramsci, os quais relacionam desde a questão da democracia até a cultura, relacionando estrutura e superestrutura, logo, não perde de vista a relação com a política e o objetivo final de transformação da sociedade por meio da Revolução das classes subalternas.

Palavras-chave: Revolução Russa; Gramsci; Hegemonia; Política; Reforma Moral e Intelectual;

Abstract: This article aims to revisit Antonio Gramsci conceptions of the Russian Revolution and to understand how this experience will affect his thinking during the early years of the Revolution. In the context of this debate, the question of democracy and its relation to hegemony and politics in Gramsci thinking will be sought mainly through the analysis of the journalistic texts written by him until the 1920. The debate in the ranks of the CIP, the reading of Marx's texts and the active participation in the Italian workers' movement during the Red Biennial contributed to the development of core concepts of Gramsci theory, which the question of democracy to culture, relating structure and superstructure, thus, does not lose

¹ Este artigo resulta de pesquisa a partir da conferência da Prof. Anita Helena Schlesener ministrada na UEPG no dia 20/06/2017.

* Docente da Faculdade do Centro do Paraná - UCP-Pitanga e do Instituto Federal do Paraná - IFPR da mesma cidade. Doutoranda em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná-UTP. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Graduação em História (licenciatura) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Graduação em Direito pela Faculdade do Centro do Paraná pela UCP. Graduação em Pedagogia (licenciatura) pela UCP.

** Docente da UCP-Pitanga. Mestrando em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Graduação em Educação Física (bacharelado) - Faculdade Guairacá - Graduação em Educação Física (Licenciatura) Faculdades do Centro do Paraná.

sight of the relationship with politics and the ultimate goal of transforming society through the Revolution of the subaltern classes.

Keywords: Russian Revolution; Gramsci; Hegemony; Policy; Moral and Intellectual Reform.

Recebido em: 18/03/2018. Aceito em: 02/08/2018

Introdução

“O socialismo não morreu porque não morreram para ele os homens de boa vontade” (GRAMSCI, 1976, p. 3).

Este artigo tem como finalidade revisar as concepções de Antonio Gramsci sobre a Revolução Russa e compreender como esta experiência afetará o seu pensamento durante os primeiros anos da Revolução. Ainda, no bojo desse debate, buscar-se-á entender a questão da democracia e sua relação com a hegemonia e a política no pensamento de Gramsci, principalmente, por meio da análise dos textos jornalísticos escritos por ele até a década de 1920.

É comum, atualmente, associar capitalismo a democracia como se fossem fenômenos adjuntos. Contudo, em termos históricos, as formas democráticas são tomadas em uma acepção ampla, pois, a democracia existiu, por exemplo, entre os gregos de Atenas e, assim, sob o modo de produção escravista. Ademais, as sociedades capitalistas somente em tempos muito recentes assumiram uma organização política democrática, mas não em caráter universal visto que uma sociedade que se constrói e se sustenta em relações sociais antagônicas não pode pretender a universalidade. Desse modo, até o século XX grande parte do globo foi capitalista sem democracia e, recentemente, o Estado capitalista, diante da crise econômica, não respeita a vontade popular e, em favor dos interesses dos grandes especuladores, regride-se no que tange à democracia já estabelecida (MASCARO, 1976).

Porém, a democracia, em qualquer instância, implica um projeto inclusivo, que envolva uma coletividade. Uma democracia não condiz com uma realidade de desigualdade social. Pois, segundo Lênin (1980), à época da Revolução Russa, ao refletir sobre os que marchavam contra os Bolcheviques em “nome da liberdade”, como os franceses, ingleses e americanos, estes o

faziam em nome da liberdade de reunião, contudo, esqueciam que a sua liberdade estava escrita em uma Constituição, a qual legalizava a propriedade privada. Logo, é uma fraude, pois, os edifícios nos quais os indivíduos se reuniam para erguer a bandeira contra a revolução eram propriedades privadas², assim, toda espécie de liberdade que é contrária aos interesses da emancipação do trabalho e da opressão do capital é um engodo.

O fato de reconhecerem a liberdade de reunião é um imenso progresso em comparação com a ordem feudal. “Todos os Socialistas o reconheceram ao utilizar esta liberdade da sociedade burguesa para ensinar ao proletariado o modo de acabar com a opressão do Capitalismo” (LÊNIN, 1980, p. 27). Mas esta é apenas uma liberdade formal. Desse modo, se a democracia burguesa, segundo Lênin (1980), enquanto democracia, é superior às democracias pré-burguesas (escravista, feudal), deve-se, porém, levar em consideração que a democracia socialista e proletária, por sua vez, é superior à democracia burguesa, pois, tem como pressuposto apoderar-se dos melhores edifícios e, então, depois e, somente depois, falar de liberdade, isto é, destituir a propriedade privada primeiro e depois ponderar sobre a liberdade.

Historicamente, a organização do movimento operário russo já se manifestava avançada em 1905, com a formação dos Soviets, o qual se entendia como a força popular que se preparava para tomar o poder do Estado a fim de controlar os meios de produção e do seu próprio trabalho. Era este o sentido da Revolução Russa de 1917: um movimento de massas que construía as bases de uma democracia direta, nos moldes da Comuna

² “Podeis reunir-vos livremente com cidadãos da República Democrática Russa, mas isso é propriedade privada, desculpem-me, tendes que respeitar a propriedade privada senão passais a ser Bolcheviques, criminosos, ladrões, gatunos, pessoas insolentes [...]” (LÊNIN, 1980, p. 28).

de Paris de 1871. É a partir da Revolução Russa que Antonio Gramsci, político italiano, inicia as suas análises, as quais tem como objetivo combater a teoria então reinante da II Internacional, o “fatalismo mecanicista”, responsável pelo imobilismo da social-democracia.

O Apelo de Gramsci para a “Vontade dos Homens” e sua Repulsa aos “Indiferentes”

No contexto da deflagração da Revolução Russa de 1917, o socialismo italiano, da época de Antonio Gramsci era vítima do que Secco (2006) chama de “esperismo”, isto é, tanto a ala reformista quanto a ala da social-democracia, estavam à espera da Revolução. A primeira por acreditar que a evolução econômica levaria ao socialismo e, a última, por apenas interpretar e não realizar a história, a qual permanecia na espera do “grande dia” da revolução.

Porém, Antonio Gramsci, jovem militante do jornal socialista “*Il Grido Del Popolo*”, se contrapôs ao determinismo que definia as linhas dos Partidos socialdemocratas. Partiu, primeiramente, do exemplo histórico da Revolução Russa e, também, da sua formação ideológica, com influências do idealismo de Croce (SECCO, 2006). No entanto, segundo Schlesener (2002), a influência do idealismo croceano nas suas concepções serão modificadas a partir da atividade política junto dos trabalhadores de Turim e das suas experiências a partir dos conselhos de fábrica.

Assim, Gramsci criticou a inevitabilidade do desenvolvimento linear e mecânico e opôs a esse pensamento a construção de uma vontade coletiva que levasse à superação da democracia formal. Para ele, a construção dessa vontade coletiva realizar-se-ia a partir dos *soviets*, dos conselhos de fábricas, aliados a soldados e camponeses, isto é, o cerne da Revolução Russa de 1917. Relaciona, dessa maneira, a Rússia e a Itália e, conforme Rapone (2017), Gramsci afirma que a revolução que eclodiu na Rússia é um recurso fundamental, o qual aumenta significativamente o potencial do movimento na Itália.

Interessa sublinhar que, em um primeiro momento, a Itália não oferecia as condições para que se deflagrasse internamente a dinâmica do movimento da revolução russa. Nesse momento, pode-se notar em um dos escritos de Gramsci de fevereiro de 1917 a sua repulsa àqueles que ele

chama de “indiferentes”, isto é, condensa nessa palavra a condição de passividade social em que se encontrava grande parte da população italiana: “A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mesmo os mais bem construídos” (GRAMSCI, 1976).

Contudo, logo essa situação se transformará em um processo de constituição de uma nova força social surgida em decorrência dos primeiros anos de guerra, como por exemplo, as greves de massa, as manifestações de trabalhadores e também as experiências de autogestão por meio da ocupação de fábricas. Ao perceber estas mudanças, Gramsci escreve em agosto de 1917, no *Il Grido del Popolo*:

A vida do pensamento está substituindo a inércia mental, a indiferença: é a primeira das substituições revolucionárias. Forma-se um novo hábito: o de não temer o fato novo; primeiro, porque não pode ser pior de como já está; depois, porque nos convencemos de que será melhor (GRAMSCI, 2015, p. 203).

As mudanças são sentidas e à medida que Gramsci escreve demonstra as incertezas e inquietudes que pairam sobre a sociedade italiana. Em novembro de 1917, Gramsci escreve no *Il Grido del Popolo* um artigo intitulado “Leituras”, neste retrata as incerteza, inquietações e mudanças de perspectivas. Segundo Gramsci os três anos de guerra trouxeram modificações ao mundo. Entre as principais, sentidas por ele, está a concretização do pensamento sobre os homens:

[...] Três anos de guerra tornaram sensível o mundo. Nós sentimos o mundo; antes, só o pensávamos. Sentíamos o nosso pequeno mundo, éramos participantes das dores, das esperanças, das vontades, dos interesses, do pequeno mundo no qual estávamos mergulhados mais diretamente. Soldávamo-nos à coletividade mais vasta só com esforço de pensamento, com um enorme esforço de abstração. Agora a soldagem tornou-se mais íntima. Vemos distintamente o que antes era incerto e vago. Vemos homens, multidões de homens, onde ontem só víamos Estados ou homens singulares representativos (GRAMSCI, 1976, p. 167-168).

Gramsci percebe que se forma um clima moral novo, no qual se abandona a falta de sentido histórico e a multidão passiva parece entender que o futuro precipita as suas raízes no presente e no passado podendo ser, a partir daí inventado. A grande “multidão de desiludidos” passam a se interessar pela vida coletiva, percebem que há outras necessidades além de “viver e nutrir-se” (GRAMSCI, 1976, p. 169).

Assim, entre os anos de 1919 a 1920, período da história italiana chamado de Biênio Vermelho, consolidaram-se os conselhos de fábrica, influenciados pelos *soviets* da Rússia revolucionária. Forjados inicialmente como comissões de fábricas, mediante um trabalho que se iniciou por volta de 1906, essas organizações proletárias ganharam força e tornaram-se representativas de todos os trabalhadores de uma fábrica, formando o conselho de fábrica. Conforme afirma Martins (2008), são esses organismos que representam o “trabalho coletivo” e que, articulados a partir do *L'Ordine Nuovo*, chegaram a ocupar várias fábricas em Turim, Gênova, Milão e de outras cidades da Itália, no período de 1919 a 1920.

Contudo, como salienta Secco (2006), é necessário considerar que o conselho de fábrica italiano não era uma simples cópia do *soviet* russo, já que enquanto este é a organização ampla dos trabalhadores e soldados em armas e surgiu da própria Revolução, conquistando apoio e poder, o Conselho de Fábrica nasceu como estratégia para construir o processo revolucionário e era ele mesmo um órgão revolucionário. Dessa forma, “o Conselho são ‘ilhas de comunismo’ que existem nos interstícios do capitalismo” (SECCO, 2006, p. 32). Ou seja, já se esboça nas experiências dos Conselhos uma estratégia de transformação da sociedade capitalista, têm em comum o fato de serem instituições criadas pelo movimento operário, soldados e trabalhadores em geral, com o objetivo de efetivar a revolução de massas, como tomada do poder para assumir o controle do trabalho organizando uma nova ordem social e política.

Além disso, Gramsci preocupa-se com a questão cultural, a qual, conforme Schlesener (2002), aparece como fundamental no processo de organização política dos trabalhadores e se apresenta implicitamente em um contexto de hegemonia, pois, nas concepções de Gramsci, inicialmente já havia uma preocupação em

contrapor-se tanto aos mecanismos de formação ideológica burguesa e clerical quanto em formar uma nova concepção de mundo.

A Questão da Democracia e da Hegemonia no Contexto da Revolução Russa

Antonio Gramsci concebe a noção de cultura relacionada com a questão da revolução socialista no contexto da história italiana, considerando também os desdobramentos da Revolução Russa e os debates internos do Partido Socialista Italiano. Segundo Gramsci é “preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos” (GRAMSCI, 1976, p. 82). Por conseguinte, para ele essa forma de cultura é prejudicial, especialmente para o proletariado, serve apenas estabelecer diferenças entre aqueles que armazenaram na memória uma certa quantidade de dados e datas e por isso se crêem superiores que os outros.

Para Gramsci a cultura é algo bem diverso. “É organização, é disciplina do próprio eu interior [...], é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres” (GRAMSCI, 1976, p. 83). E para se conhecer a si próprio é necessário, segundo ele, distinguir-se do caos, conhecer os outros, a sua história, o desenrolar dos esforços que fizeram para serem o que são, para criar a civilização que agora queremos substituir, e tirar proveito desse saber. Para as classes trabalhadoras coloca-se a necessidade de construir a sua própria cultura, conhecer a si mesmas, “apropriar-se da própria personalidade” e, assim, compreender o próprio valor histórico.

Assim, a preocupação de Gramsci com a questão da cultura aparece como elemento de organização política dos trabalhadores. Este debate está explícito no interior do PCI, conforme pode-se perceber por meio da leitura de um de seus artigos, publicado em 18 de dezembro de 1917, no *Avanti!*

Em Turim não existe qualquer organização de cultura popular. Da Universidade Popular é melhor nem falar: esta nunca foi viva, nunca teve uma função que respondesse a uma

necessidade. É de origem burguesa e responde a um critério vago e confuso de humanitarismo espiritual: tem a mesma eficácia dos institutos de beneficência que, com um prato de sopa, crêem satisfazer as necessidades fisiológicas dos desgraçados que não podem sustentar-se e comovem piamente o coração dos seus senhores (GRAMSCI, 1976, p. 176).

O debate gira em torno da necessidade de formação cultural para os trabalhadores, porém, qualquer organização de cultura popular deveria se diferenciar de modo radical das instituições que haviam. Em Turim, onde o proletariado atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento na Itália, Gramsci assevera que há a urgência de integrar a atividade política e econômica num órgão de atividade cultural, o qual deverá ter “finalidades de classe e limites de classe. Deve ser um instituto proletário, orientado para um fim” (GRAMSCI, 1976, p. 176). Pois, para Gramsci, o proletariado, num certo momento do seu desenvolvimento e da sua história, perceberia que “na complexidade da sua vida faltava um órgão necessário” e o criaria, “com as suas forças, com a sua boa vontade, para os seus objetivos.

Essa iniciativa, isto é, sobre a proposta de criação das Associações de Cultura, de acordo com Schlesener (2002), visa a beneficiar o movimento operário, possibilitando aumentar a compreensão dos problemas. Segundo Gramsci (1976), obrigados pela urgência, dá-se aos problemas soluções apressadas e na maioria das vezes, nem todos aqueles que participam do movimento se apoderam do que realmente está acontecendo, mas muitos seguem a diretiva fixada apenas por disciplina e pela confiança que depositam nos dirigentes e não por convicção. Logo, as associações de cultura deveriam criar essas convicções e debater tudo o que interessa ao movimento proletário. “O socialismo a uma visão integral da vida: tem uma filosofia, uma mística, uma moral” (GRAMSCI, 1976, p. 178), assim, as associações de cultura seriam o local apropriado para a discussão destas questões, para a sua clarificação e para a sua propagação.

A cultura supõe discussão livre e exaustiva de todos os problemas. A democracia socialista deve ser construída na prática, no debate dos problemas e na participação efetiva dos trabalhadores, “é preciso conhecer para aderir com convicção” (SCHLESENER, 2002, p. 58). Esse

é o trabalho a ser realizado nas instituições criadas pelos trabalhadores. A cultura perpassa o projeto de criação de uma nova ordem social. A cultura deve se constituir, para Gramsci, como um processo de mudança dos costumes e de concretização da liberdade. Esse processo de mudança deve ocorrer pelas lutas da classe operária e por sua organização política, juntamente com a crítica de toda a sociedade capitalista, da qual quer se transformar.

Nesse sentido, Gramsci compreende a revolução socialista também como um processo de mudança de hábitos e costumes. É o que pode ser observado no texto “Nota sobre a Revolução Russa” de abril de 1917, no qual Gramsci salienta que apesar de ter poucas notícias concretas e verdadeiras sobre o que está acontecendo na Rússia é possível verificar alguns elementos que o fazem concluir que a revolução é um ato proletário que deve naturalmente desaguar no regime socialista. Ademais, para ele a Revolução Russa ignorou o jacobismo, que considera um fenômeno estritamente burguês, caracterizando a revolução burguesa na França. A revolução burguesa, de acordo com Gramsci (1976), é duplamente violenta: destrói a velha ordem e impõe uma nova com as mesmas características autoritárias. Impõe-se pela força uma ordem política e um corpo de ideias que visam estender o seu domínio a todos, inclusive ao povo.

Nessa concepção, Gramsci (1976, p. 138) assevera que a burguesia, quando fez a revolução, referindo-se a Revolução Francesa, “não tinha um programa universal: servia a interesses particulares, interesses da sua classe”. Contudo, Gramsci refere-se a Revolução Russa como o momento em que se instaura uma “nova consciência moral”, isto é, “a Revolução não substituiu apenas potência por potência, substituiu costume por costume, criou uma nova atmosfera moral, instaurou a liberdade do espírito para além da liberdade corporal” (GRAMSCI, 1976, 139). Quanto a essa questão, Gramsci reflete sobre o momento em que os revolucionários russos abriram os cárceres não só aos condenados políticos, mas também aos condenados por delito comum:

Numa penitenciária, os condenados por delito comum, perante anúncio de que eram livres, responderam que não tinham o direito de aceitar a liberdade porque deviam expiar as suas

penas. Em Odessa, agruparam-se no pátio da prisão e voluntariamente juraram tornar-se honestos, fazendo o propósito de viverem do seu trabalho. Esta notícia tem maior importância, para os fins da revolução socialista, do que a da caça ao czar e aos grandes senhores. O czar teria sido derrubado mesmo pelos burgueses. Mas para os burgueses estes condenados teriam sido sempre os inimigos da sua ordem, os traiçoeiros insidiadores da sua riqueza, da sua tranquilidade (GRAMSCI, 1976, p.140).

Desse modo, para Gramsci (1976), a libertação dos prisioneiros significa que na Rússia existe um novo costume criado pela revolução, a qual mudou as relações econômicas, o controle da propriedade privada, mas levou também a substituição dos costumes e de uma nova ordem moral. Tais mudanças ocorrem à medida que o processo revolucionário consegue alterar a forma de pensar do senso comum, é a formação de novos hábitos, o que implica mudanças radicais no campo da cultura e dos costumes.

Da mesma forma que Gramsci conjectura sobre a cultura como elemento de organização política dos trabalhadores na Itália, a partir do contexto da Revolução Russa de 1917, a questão da Democracia Operária também é debatida por ele e terá como horizonte os *soviets* russos. É o que se nota da análise do artigo intitulado Democracia Operária, escrito por ele com colaboração de Palmiro Togliatti, no *L'Ordine Nuovo*, em 21-8-1919. Como assevera Gramsci (1976), o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. “Coligar entre os trabalhadores estas instituições, coordená-las e subordiná-las a uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente, embora respeitando as necessárias autonomias” (GRAMSCI, 1976, p. 338), já significa a criação de uma verdadeira democracia operária.

Gramsci (1976), afirma que a fábrica com as suas comissões internas, as comunidades camponesas, os círculos socialistas são os centros da vida proletária, é onde a classe trabalhadora se organiza para uma nova democracia. A tarefa que se impõe “corresponde a trabalhar proficuamente para o advento do comunismo, em grupos e indivíduos até agora ausentes da luta política. É necessário dar uma forma e uma disciplina

permanentes a estas energias desordenadas, caóticas” (GRAMSCI, 1976, p. 338). Para ele, as comissões internas são os órgãos de democracia que concorrem para limitar os empresários.

As comissões internas limitam hoje o poder do capitalista na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e de disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis de direção e de administração (GRAMSCI, 1976, p. 339).

A partir de então, os operários deveriam proceder à eleição de assembleias de delegados, subordinando-se à palavra de ordem: “Todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica” e, ainda, combinada com outra, “todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses”. Ainda, ligado a estes estariam os Comitês de Bairros, estes seriam “a emanção de toda a classe trabalhadora habitante do bairro, emanção legítima e autorizada, investida de poder” (GRAMSCI, 1976, p. 340). Assim, os comitês de bairros se desenvolveriam em comissariados urbanos, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas federações das categorias.

Ademais, salienta Gramsci (1976), por meio dos comícios organizados no interior das fábricas, com o trabalho incessante de propaganda e de persuasão realizado por indivíduos mais conscientes obter-se-ia uma transformação radical da psicologia operária, pois, as massas ficariam preparadas e capazes para o exercício do poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do trabalhador, “concreta e eficiente”, pois, foi “gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica” (GRAMSCI, 1976, p. 340). Para este processo de organização é necessário muito trabalho e esforço. A experiência da Rússia mostrou que, para substituir o Estado burguês pela Ditadura do proletariado a Rússia não improvisou, “os comunistas bolchevistas russos trabalharam por oito meses para difundirem e tornarem concreta a palavra de ordem: todo o poder aos Sovietes, e os Sovietes eram conhecidos dos operários russos desde 1905” (GRAMSCI, 1976, p. 341).

Desse modo, o artigo *Democracia Operária*, de 1919, foi um marco para o início da organização dos Conselhos de Fábrica em Turim, salientando a importância e o significado de uma

experiência de democracia direta, de gestão compartilhada e de extensão desta experiência para outras instituições da sociedade.

Quanto à Democracia, em um artigo intitulado “A Internacional Comunista”, no *L'Ordine Nuovo*, de 24-5-1919, Gramsci explica que a função do proletariado naquele momento atual consiste na tomada do poder do Estado e este novo governo proletário é a ditadura do proletariado industrial e dos camponeses pobres. Este Estado proletário não é a falsa democracia burguesa, “forma hipócrita do domínio oligárquico e financeiro, mas a democracia proletária que realizará a liberdade das massas trabalhadoras; não o parlamentarismo mas o autogoverno das massas através dos próprios órgãos eleitos” (GRAMSCI, 1976, p. 320).

Assim, Gramsci diferencia a Democracia operária, enquanto “órgãos administrativos criados pelas próprias massas” e o seu processo de gestão fundado na participação coletiva, da Democracia burguesa, a qual é para ele representante do “parlamentarismo, da burocracia de carreira” e, dessa maneira, é “forma hipócrita de domínio”. Segundo Schlesener (2002), a compreensão da abordagem gramsciana do conteúdo da democracia liberal na formação do senso comum nos permite avançar no entendimento da relação entre cultura e política e encontrar a base de uma reflexão sobre a ideologia como prática de poder, a qual Gramsci desenvolve nos Cadernos.

Nesse sentido, Gramsci entende que o ideário liberal, por meio do senso comum, contribuiu para ocultar o poder de Estado enquanto poder de classe. Sua análise parte da experiência italiana, na qual analisa as relações entre a forma legal e jurídica do Estado Moderno e observa que estas mistificam e dissimulam o conteúdo do poder que se enraíza na divisão de classes e, além disso, defendem os interesses da burguesia. “Podemos dizer que, nesse sentido, Gramsci retoma a crítica de Marx ao Estado liberal ampliando-a ao mostrar como se elabora o imaginário social, o arcabouço ideológico que dá sustentação à estrutura política, à ordem social burguesa” (SCHLESENER, 2002, p. 30).

Conforme Gramsci, no artigo intitulado “A Tua Herança”, publicado no *Avanti!*, edição piemontesa (1-5-1918), na sociedade capitalista todos os homens tem a aspiração de chegar à meta, a qual significa “tornar-se rico, ser senhor da vida,

conquistar a própria liberdade” (GRAMSCI, 1976, p. 211). Dissemina-se, assim, a concepção de que todos os indivíduos têm as mesmas chances de ser proprietários, com as mesmas condições sociais para competir.

O privilégio da liberdade subsiste porque a sociedade é uma feira, porque é uma desordem perene. A esperança que tu tens de saltar imediatamente para a garupa de um cavaliño do carrossel torna-te elemento da desordem, da feira perene: és uma peça da máquina infernal que faz girar o carrossel; se caís, na competição, és a cause da tua falência, se quebras os ossos, és um suicida (GRAMSCI, 1976, p. 213).

Contudo, Gramsci, adverte que na sociedade atual, tal qual uma feira, tendo ao centro um carrossel, todos individualmente podem vir a ser ricos (livres), “mas, necessariamente, poucos virão a ser; a procura da propriedade, da herança individual, tem um vencedor contra dez mil vencidos” (GRAMSCI, 1976, p. 215). Gramsci demonstra a grande força do liberalismo, o qual mistifica a realidade levando os indivíduos a acreditar que a ascensão social depende do mérito individual e não das condições sociais. Trata-se de entender que, para as classes trabalhadoras, o sucesso só pode ser atingido por meio da organização coletiva, a qual cria uma unidade popular.

Gramsci assevera que no contexto de uma política liberal e do regime parlamentar “o exercício ‘normal’ da hegemonia” refere-se à “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado sem que a força supere em muito o consenso” ou “apareça apoiada sobre o consenso da maioria, expressos pelos assim chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações” (Q. 13, p. 1638). Logo, a esfera política é caracterizada por uma dimensão pública meramente abstrata e privada e o funcionamento dos poderes favorece ao domínio de uma classe.

Por conseguinte, o ideário liberal é sedimentado tanto no sistema parlamentar quanto no direito formal, o qual é compreendido como a expressão de toda a sociedade. Porém, Gramsci salienta que essa última proposição, de que o Direito é a expressão de toda a sociedade, é falsa, pois, a expressão mais consistente da sociedade são aquelas regras de conduta que os juristas chamam ‘juridicamente indiferentes’ (Q.

6, p. 773). O Direito exprime os interesses da “classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que são mais ligadas à sua razão de ser” (Q. 6, p. 773). Portanto, o Direito é apenas formal, abstrato, pois, não se realiza no âmbito concreto porque a sociedade está fundada na desigualdade social, logo, os indivíduos não podem ser iguais perante à lei. Conforme Schlesener (2016, p. 28), “assim como o sistema parlamentar na democracia burguesa, produz e reproduz os limites políticos da participação, o direito enquanto um sistema jurídico formal em sentido estrito”, age no conjunto da “moralidade e da formação dos costumes morais, condicionando determinados comportamentos individuais e sociais”, portanto, “exerce uma função relevante no exercício da hegemonia, na medida em que forma um modo de pensar e de ser” dos indivíduos.

Quanto à noção de hegemonia, Gramsci a define da seguinte forma no Caderno 19:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); e depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Para o autor sardo, conquistar a direção intelectual e moral é fundamental mesmo antes da tomada efetiva do poder, porém, o uso da força não está, de forma alguma, descartada. Além disso, a força se consolida na sociedade civil (igrejas, jornais, partidos, escolas, revistas), de acordo com Schlesener (2016), no processo de construção da hegemonia, o Estado quando tem o objetivo de iniciar uma ação pouco popular, cria a opinião pública, ou seja, organiza e centraliza determinados elementos da sociedade civil em prol da sua ação.

Ainda, conforme Schlesener (2016), essa abordagem da hegemonia tem sido a mais

conhecida dos escritos de Gramsci. Todavia, há outra definição nos cadernos de Gramsci que contempla as forças de resistência e exige ampliar a organização política com vistas a superar a dominação. Assim, por meio de sua organização os grupos subalternos podem empreender uma luta pela formação de uma nova ordem social e política a qual inclui também uma nova “reforma intelectual e moral”, a implantação de uma nova cultura.

Pois, para Gramsci, a tarefa que se impõe enquanto ação política revolucionária refere-se à retomada do pensamento produzido historicamente, isto é, desenvolver um novo pensar, não mais desagregado e individual, mas coletivo, que permitisse criar uma nova identidade de classe. Conforme Schlesener (2002) é no contexto da história italiana, da formação tardia do Estado, do processo de concentração capitalista, em meio à Guerra, das disputas internas do Partido Socialista Italiano e da Revolução Russa que Gramsci elabora a noção de cultura, entrelaçando-a com a noção de revolução e política.

Portanto, para Gramsci a cultura difere de saber enciclopédico, livreco, “é preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos [...]” (GRAMSCI, 1986, p. 82). Ele critica esse saber estático, dogmático, que prioriza a memorização, saber típico da burguesia, o qual é nocivo aos trabalhadores, pois, é abstrato e mistifica a realidade.

Por outro lado, Gramsci concebe a cultura de outra forma. “A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, a conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres” (GRAMSCI, 1986, p. 83). Segundo Gramsci, o ser humano consegue tomar posse da sua personalidade e compreender o seu próprio valor histórico porque ele é, sobretudo, criação histórica e não somente da natureza, por isso a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor afirmando-se no tempo precedente e esta consciência se formou não pelas necessidades fisiológicas, mas pela reflexão racional, primeiro por alguns indivíduos e depois por toda

a classe, convertendo a sujeição em convulsão social.

Nesse sentido, Gramsci (1976) afirma que cada revolução foi precedida por um intenso e árduo trabalho de crítica, o qual tinha como objetivo disseminar determinadas ideias, assim, cita como exemplo mais recente a Revolução Francesa e o período anterior, o Iluminismo. Este último, “não foi só um fenômeno de intelectualismo pedantesco”, mas “foi uma magnífica revolução” (GRAMSCI, 1976, p. 83). Logo, em cada nova peça de Voltaire, cada novo panfleto dos autores iluministas preparavam-se as consciências unitárias da Europa para o movimento que viria a seguir.

As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária. Mais tarde, quando os fatos de França consolidaram as consciências, bastava um motim popular em Paris para desencadear outros semelhantes em Milão, Viena e nos mais pequenos centros. Tudo isto parece natural, espontâneo aos precipitados mas, pelo contrário, seria incompreensível se não se conhecessem os fatores de cultura que contribuíram para criar os estados de ânimo prontos para as explosões por uma causa que se julgava comum (GRAMSCI, 1976, p. 84).

Gramsci (1976), adverte que, aos “precipitados”, esse movimento parece natural, contudo, seria incompreensível se não se conhecerem os fatores relacionados a cultura que contribuíram para criar os estados de ânimos que desembocaram em lutas que se julgavam ser por uma “causa comum”.

Nessa perspectiva, Gramsci entende que é necessário que a classe trabalhadora efetue uma “reforma intelectual e moral” da sociedade, a fim de organizar-se na luta pela hegemonia³. Logo, a definição de hegemonia enquanto exercício direto do poder pela coerção ou formação de um consenso implica compreender a importância para o autor sardo de que a classe subalterna

construa uma concepção de mundo própria, que seja capaz de elaborar a sua cultura coletiva, um “espírito de cisão”, isto é, formar uma concepção de mundo autônoma e antagônica ao projeto dominante, fruto da organização política e capaz das ações coletivas violentas contra a coerção e as várias formas de subordinação.

Logo, a cultura em Gramsci é plenamente política e está imbricada com a questão da hegemonia como uma estratégia de organização das classes subalternas, tendo como objetivo a Revolução e a formação de uma nova civilização, assim como Gramsci compreendeu o início do processo revolucionário russo, no qual tendia a realizar-se o “governo como consenso dos governados”, com a coparticipação dos governados nos poderes, “os poderes realizam uma imensa obra educativa, trabalham para tornar cultos os cidadãos, trabalham na realização daquela república de sábios e de corresponsáveis que é o fim necessário da revolução socialista” (GRAMSCI, 1984, p. 137). Desse modo, o contato, no início, com as parcas e esparsas notícias da Revolução Russa, o debate nas fileiras do PCI, a leitura dos textos de Marx e o contato ativo com o movimento operário italiano durante o Biênio Vermelho contribuíram para o desenvolvimento de conceitos fulcrais da teoria de Gramsci.

Considerações Finais

A leitura de Gramsci do processo da Revolução Russa ocorre no momento em que ele se inicia na militância política e, desafiado pelas polêmicas que grassavam no interior do Partido socialista Italiano, acompanha com entusiasmo os acontecimentos na Rússia e aproveita para tirar deles lições importantes para a organização do movimento operário italiano.

A revolução tem o significado de ruptura radical com o domínio de classe para tomar nas mãos tanto o controle do Estado quanto o controle sobre seu próprio trabalho e sua forma de vida, implementando uma nova democracia operária. Esta deveria nascer da formação de uma vontade coletiva que levasse à superação da democracia formal e todos os limites da liberdade. Para tanto, a estratégia política se concentrava na formação dos Conselhos, semelhantes aos *soviets* russos, nas greves de massa, nas comunidades de bairro, tendo em conta que as lutas da classe

³ Nos escritos jornalísticos a questão da hegemonia é apenas sugerida, porém, Gramsci irá aprofundá-la nos Cadernos do Cárcere.

operária italiana se limitavam por uma história de um Estado cuja formação tardia, fruto de alianças da burguesia com a nobreza, gerou um conjunto de relações de força que em nada favoreciam a organização dos trabalhadores.

Gramsci aponta para a necessidade do acesso ao conhecimento, à cultura para a compreensão de todo processo histórico dos problemas da classe subalterna na Itália; as estratégias de organização política e cultural visavam formar uma vontade coletiva, uma prática política dividida e responsabilizada na participação efetiva das classes trabalhadoras, operários e camponeses, organizados em Conselhos.

A experiência de 1920, que tentou retomar na Itália os caminhos da Revolução Russa, foi a base da reflexão de Gramsci sobre a hegemonia, implícita nos escritos jornalísticos e desenvolvida nos Cadernos do Cárcere. Da organização dos trabalhadores, dentro das fábricas e no campo, surge então uma nova consciência dos deveres e dos direitos dos trabalhadores com o objetivo de uma reforma intelectual e moral, uma nova ordem social e política fundada em novos costumes e novas práticas de interação coletiva.

O contraponto que Gramsci realiza entre democracia burguesa e democracia operária nos serve hoje para entender os limites da democracia parlamentar em um Estado que se tornou refém do capital e, que por meio destes mecanismos institucionais, consegue defender e ampliar seus interesses de classe, na medida em que defende e amplia as formas de domínio consensual e ideológico.

Referências

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. V. I, Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. **“La Città Futura”, 11/02/1917**. In: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Traduções de Ana Paula Schlesener. Curitiba, V. 10, N. 24, P.13-15 Jan./Abr. 2015.

_____. **Os Indiferentes (1917)**. In: Escritos Políticos. V. I, Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. **Il Nostro Marx (1918-1919)**. Torino: Einaudi, 1984.

_____. **Quaderni del Carcere** (Edizione critica diretta da Gianni Francioni) Roma: Fondazione Istituto

Gramsci/Istituto della enciclopédia Italiana. Quaderni di Traduzioni (1929-1932), 2007, v. 1 e 2.

_____. **Cadernos do Cárcere. O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália**. V. 5. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

LÊNIN, Vladimir I. **Como Iludir o Povo com Slogans de Liberdade e Igualdade**. SP: Global Editora, 1980.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. SP: Boitempo, 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

_____. **Grilhões Invisíveis: As dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. SP: Alameda, 2006.